

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO
(OPÇÃO: 004)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

Uma carta de Yaqub, pontual, chegava de São Paulo no fim de cada mês. Zana fazia da leitura um ritual, lia como quem lê um salmo; a dicção, emocionada, alternava com uma pausa, como se quisesse escutar a voz do filho distante. Halim convidava os vizinhos e a leitura era pretexto para um jantar festivo. Sem festa, Zana ficaria deprimida, pensando no frio que o filho sentia, coitadinho, na solidão das noites num quarto úmido da Pensão Veneza, no centro de São Paulo. Com poucas palavras, Yaqub pintava o ritmo de sua vida paulistana. A solidão e o frio não o incomodavam; comentava os estudos, a perturbação da metrópole, a seriedade e a devoção das pessoas ao trabalho. De vez em quando, ao atravessar a praça da República, parava para contemplar a imensa seringueira. Gostou de ver a árvore amazônica no centro de São Paulo, mas nunca mais a mencionou.

As cartas iam revelando um fascínio por uma vida nova, o ritmo dos desgarrados da família que vivem só. Agora não morava numa aldeia, mas numa metrópole.

“Meu filho paulista”, brincava Zana, orgulhosa e preocupada ao mesmo tempo. Temia que Yaqub nunca mais voltasse. No sexto mês de vida paulistana começou a lecionar matemática. Abreviou as cartas, dois ou três parágrafos curtos, ou apenas um: mero sinal de vida e uma notícia que justificava a carta. Assim, sem alarde, quase em surdina, o jovem professor Yaqub noticiou seu ingresso na Universidade de São Paulo. Não ia ser matemático, ia ser engenheiro. Um politécnico, calculista de estruturas. Zana não entendeu direito o significado da futura profissão do filho, mas engenheiro já bastava, e era muito. Um doutor. Os pais mandaram-lhe dinheiro e um telegrama; ele agradeceu as belas palavras e devolveu o dinheiro. Entenderam que o filho nunca mais precisaria de um vintém. Mesmo se precisasse, não lhes pediria.

As cartas rareavam e as notícias de São Paulo pareciam sinais de um outro mundo. O pouco que ele revelava não justificava o barulho que se fazia em casa. Um bilhete com palavras vagas podia originar um festejo. Zana aderiu à comemoração, que no início era mensal e depois foi rareando, de modo que as poucas linhas enviadas por Yaqub passavam por Manaus como um cometa de brilho pálido. Os acenos intermitentes da metrópole: o dia a dia na Pensão Veneza, os cinemas da São João, os passeios de bonde, o burburinho do viaduto do Chá e os sisudos mestres engravatados, venerados por Yaqub. Na primeira foto que enviou, trajava paletó e gravata e tinha o ar posado que lembrava o espadachim no desfile da Independência.

“Como está diferente daquele montanhês que vi no Rio”, comentou Halim, mirando a imagem do filho.

“O montanhês é o teu filho”, disse Zana. “O meu é outro, é esse futuro doutor em frente do Teatro Municipal.”

(Milton Hatoum. *Dois Irmãos*. Companhia das Letras, 2000. Adaptado)

01. De acordo com o que se afirma no texto, conclui-se que

- (A) Yaqub desdenhava a vida que um dia levou em Manaus, por meio de palavras duras em suas cartas, e pela negação de elementos associados a seu passado.
- (B) Zana e Halim recorriam a um subterfúgio festivo para se furtarem às imaginações das adversidades que afligiam o filho distante.
- (C) embora sofresse com o clima e a nova rotina, Yaqub procurava não deixar transparecer em seus relatos as agruras da vida paulistana.
- (D) Yaqub, em momentos de necessidade, recorreu a sua grandiloquência, mas abandonou tal estratégia quando se tornou um bem-sucedido engenheiro.
- (E) Halim e Zana tinham pontos de vista convergentes quanto ao passado e o futuro do filho, os quais remetiam às suas origens.

02. No trecho – Os acenos intermitentes da metrópole: o dia a dia na Pensão Veneza, os cinemas da São João, os passeios de bonde, o burburinho do viaduto do Chá e os sisudos mestres engravatados, venerados por Yaqub – (4º parágrafo), um antônimo para **intermitente** e um sinônimo para **sisudo** são, respectivamente,

- (A) ocasional e sério.
- (B) espaçado e divertido.
- (C) constante e alegre.
- (D) inconstante e agravado.
- (E) contínuo e carrancudo.

03. Assinale a alternativa em que a palavra em destaque foi usada, respectivamente, em sentido próprio numa frase e em sentido figurado na outra.

- (A) Em São Paulo faz mais **frio** do que em Manaus. / Um **frio** bilhete já era motivo para festa.
- (B) A **metrópole** era cheia de encantos. / A aldeia, agora distante, estava longe de ser uma **metrópole**.
- (C) O filho e suas cartas tornaram-se o **centro** das atenções. / Há uma árvore amazônica no **centro** de São Paulo.
- (D) A cada carta, o filho procurava dar uma **notícia**. / Más **notícias** eram sempre esperadas, mas nunca vinham.
- (E) Yaqub aos poucos **pintava** a própria história. / Zana **pintava** quadros para se distrair.

04. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de pontuação.

- (A) As cartas do filho iam aos poucos se tornando, mais raras, e as notícias estavam mais para acenos de um mundo distante.
- (B) Yaqub, distante dos pais, não vivia mais numa aldeia; morava numa metrópole: a frenética e imponente São Paulo.
- (C) A seringueira que se encontra numa praça do centro de São Paulo, foi mencionada por Yaqub, em uma de suas cartas.
- (D) A notícia do ingresso do filho, na universidade, chegou em uma carta. Deixando a mãe orgulhosa e feliz.
- (E) Ainda que Yaqub viesse a precisar de dinheiro não pediria aos pais: isso ficou evidente em seus atos.

05. Assinale a alternativa em que se mantém adequadamente o sentido original do trecho – Mesmo se precisasse, não lhes pediria (3º parágrafo).

- (A) Embora não precisasse de dinheiro, Yaqub pediria aos pais se precisasse.
- (B) Não pediu dinheiro aos pais, mesmo eles achando que ele precisava.
- (C) Yaqub não iria pedir dinheiro aos pais, ainda que viesse a precisar.
- (D) Conquanto não precisasse de dinheiro, Yaqub teria pedido aos pais.
- (E) À medida que precisasse de dinheiro, Yaqub pediria aos pais.

06. Assinale a alternativa em que, entre parênteses, há emprego de pronome segundo a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) parava para contemplar a imensa seringueira (parava para contemplar-lhe).
- (B) não entendeu direito o significado da profissão (não entendeu-lhe direito o significado).
- (C) uma notícia que justificava a carta (uma notícia que justificava-a).
- (D) ele agradeceu as belas palavras (ele as agradeceu).
- (E) Yaqub pintava o ritmo de sua vida paulistana (Yaqub lhe pintava sua vida paulistana).

Leia o texto para responder às questões de números **07** a **09**.

Está provado: um outro mundo é possível

No começo dos anos 1970, Copenhague estava cheia de carros, como qualquer outra capital importante do mundo. Poluição aumentava, trânsito piorava, acidentes aconteciam. Aí bateu na cabeça a crise do petróleo, uma disputa econômica que virou confusão geopolítica entre os países islâmicos do Oriente Médio, com seus xeques e aiatolás, e o Ocidente queimador de gasolina, com seus exércitos e empresas monopolistas de petróleo. No mundo inteiro a gasolina ficou cara e isso machucou economias em toda parte. Mas, em Copenhague, a crise foi ótima.

O governo, obcecado pelo interesse público, aproveitou para pensar estrategicamente. Viu que poderia mudar a matriz de mobilidade da cidade, com um investimento pequeno, e que isso iria acabar tendo efeito positivo em muitas áreas – na saúde, inclusive mental, no turismo, nos índices de felicidade, no trânsito, na economia, até na educação (ciclistas estatisticamente tiram notas mais altas). Como essa mudança foi muito bem conduzida por gente talentosa, ela acabou fazendo com que a cidade ficasse mais rica, mais saudável e mais feliz. Hoje, mais de 40 anos depois, há mais gente pedalando do que dirigindo na cidade. Não peguei nenhum engarrafamento em uma semana aqui. Não vi nenhuma briga de trânsito – nem sequer um xingamento. Não vi quase ninguém muito acima do peso.

(Denis R. Burgierman. www.nexojornal.com.br, 18.07.2018. Adaptado)

07. Para o autor, o aumento da qualidade de vida na Dinamarca pode ser atribuído principalmente

- (A) a uma política de redução da mobilidade com carros, motivada por um conflito diplomático entre Dinamarca e países árabes.
- (B) à crise do petróleo que fez com que a população parasse de usar os carros e recorresse ao transporte público.
- (C) a uma capacidade produtiva dos povos escandinavos no campo petroquímico, que lhes conferiu autonomia energética.
- (D) a medidas governamentais que buscaram alternativas aos carros e culminaram em melhoras em campos como a saúde e a educação.
- (E) à necessidade de encontrar alternativas ao carro que demandassem baixo investimento, visto que o país estava em crise.

08. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de regência.

- (A) O interesse governamental a realizar uma mudança é passível a resultados controversos.
- (B) Os cidadãos que vão no trabalho de bicicleta apresentam melhor rendimento.
- (C) A necessidade de se repensar a mobilidade ocasiona em mudanças no cotidiano das pessoas.
- (D) Durante a crise do petróleo, a mídia informava os cidadãos dos aumentos da gasolina.
- (E) Políticas públicas ineficientes não garantirão a mudança de que se almeja.

09. Segundo as regras de concordância verbal e nominal da norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Existe hoje benefícios sociais que derivam de uma mudança pensada há quase 50 anos.
- (B) A matéria-prima das companhias petrolíferas provém de poços no Oriente Médio.
- (C) Mais da metade da população usam meio de locomoção próprio para circular nas cidades.
- (D) A busca por transportes alternativos levaram Copenhague a repensar políticas públicas.
- (E) As empresas de petróleo detem monopólio de um mercado que gera muito lucro.

10. Leia a tira a seguir.



(André Dahmer. <https://twitter.com/malvados>, 17.05.2018.)

Quanto ao emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa cuja frase está corretamente redigida.

- (A) Uma proposta indecorosa feita à alguém com princípios está sujeita a rejeição.
- (B) O senhor de boné é convidado à um trabalho de divulgação de notícias falsas.
- (C) Diante de uma proposta, é preciso ponderar às muitas implicações dessa oferta.
- (D) O empregador pensa que o entrevistado está disposto à mentir até quando diz a verdade.
- (E) É preciso dizer não a certas propostas à custa de perder uma oportunidade.

LÍNGUA INGLESA

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 15.

National Solid Waste Policy and its emerging challenges in Brazil

The National Solid Waste Policy was approved in 2010 after almost 20 years of discussion in the National Congress. Its main goal is to decrease the total volume of waste produced nationally and increase the sustainability of solid waste management throughout the country. In order to do so, the policy establishes important instruments to deal with economic, social and environmental issues related to inappropriate waste management. The policy also promotes sustainable consumption patterns, as well as a more intense and efficient use of measures, such as recapturing, recycling, reusing and proper waste disposal systems.

Although it is considered a groundbreaking policy, there are many concerns regarding its implementation due to the fact that it calls on states, regions and municipalities to expand local plans so that the policy can have full effect. In this sense, broad and integrated participation is demanded, not only from the government, but also from companies and consumers.

(www.internationallawoffice.com/Newsletters. Adaptado)

11. According to the first paragraph, the National Solid Waste Policy

- (A) should take almost 20 years to be fully implemented.
- (B) aims at lessening the amount of waste generated, among other targets.
- (C) implies that most of inappropriate waste management happens mainly due to economic issues.
- (D) defends that a proper waste disposal system reduces the need of recycling.
- (E) evaluates that consumption could be regulated by economic measures.

12. No trecho do primeiro parágrafo – **In order to** do so, the policy establishes important instruments –, a expressão destacada indica

- (A) causa.
- (B) contradição.
- (C) resultado.
- (D) condição.
- (E) finalidade.

13. De acordo com o segundo parágrafo, o motivo de preocupação quanto à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos é que essa política

- (A) exige a participação de diferentes esferas político-administrativas governamentais.
- (B) não foi suficientemente discutida, embora aprovada pelo Congresso Nacional.
- (C) exime as empresas e os consumidores das responsabilidades ambientais.
- (D) penaliza os municípios, pois estes deverão arcar com os custos de implementação.
- (E) prevê planejamento e investimentos oriundos do aumento de arrecadação de impostos.

14. In the excerpt from the second paragraph – Although **it** is considered a groundbreaking policy –, the word in bold refers to

- (A) the recapturing, recycling and reusing cycle.
- (B) inappropriate waste management.
- (C) sustainable consumption.
- (D) the National Solid Waste Policy.
- (E) efficient use of measures.

15. No trecho do segundo parágrafo – **groundbreaking** policy –, o termo destacado pode ser substituído, sem alteração de sentido, por

- (A) reliable.
- (B) basic.
- (C) innovative.
- (D) misleading.
- (E) complex.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEIS ESPECÍFICAS

16. Os municípios de Piracicaba, Capivari e Jundiaí, no âmbito de um Consórcio Público, celebraram um contrato de rateio, com prazo de duração de 4 anos, que tem por objeto exclusivo um programa de expansão da rede coletora de esgotos. Considerando a disciplina constante do Decreto nº 6.017/2007, podemos afirmar corretamente que o referido contrato de rateio

- (A) somente poderia ter o prazo de um ano, equivalente ao exercício financeiro e vigência da lei orçamentária, mesmo que o programa de expansão da rede coletora de esgotos esteja previsto no plano plurianual, visto que o contrato depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.
- (B) poderia ter o prazo de 4 anos, desde que o programa de expansão da rede coletora de esgotos esteja previsto no plano plurianual, hipótese em não incidirá a vedação de celebração de contratos de rateio por prazo superior a um exercício financeiro.
- (C) poderia ter o prazo de 4 anos, independentemente de o programa de expansão da rede coletora de esgotos estar ou não previsto no plano plurianual, visto não existir qualquer vedação à celebração de contratos de rateio por prazo superior a um exercício financeiro.
- (D) poderia ter o prazo de 4 anos, tendo em vista que não há qualquer vedação à celebração de contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, desde que sejam tomadas as providências necessárias para que os recursos necessários aos pagamentos sejam obtidos durante a execução.
- (E) não poderia ter o prazo de 4 anos, configurando um ato de improbidade administrativa, independentemente de o programa de expansão da rede coletora de esgotos estar ou não previsto no plano plurianual, por configurar a celebração de contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária.

17. Considerando a disciplina constante da Lei nº 11.445/2007, é correto afirmar que

- (A) os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.
- (B) a utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, salvo para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita à outorga de direito de uso.
- (C) constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, mesmo que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços.
- (D) constitui serviço público as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, tal como o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.
- (E) o lixo originário de atividades industriais, cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador, não pode ser considerado resíduo sólido urbano.

18. A distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas para evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.305/2010, corresponde à definição de

- (A) logística reversa.
- (B) gestão integrada de resíduos sólidos.
- (C) disposição final ambientalmente adequada.
- (D) gerenciamento de recursos sólidos.
- (E) reciclagem.

19. Tendo em vista os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, conforme disciplinado na Lei nº 9.433/1997, é correto afirmar que

- (A) a água é um bem de domínio público ou privado.
- (B) a água é um recurso natural limitado, sem valor econômico.
- (C) em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos se destina exclusivamente ao consumo humano.
- (D) a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
- (E) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.

20. Numa licitação, cujo critério de julgamento era o de menor preço, cinco empresas ofereceram exatamente o mesmo produto pelo mesmo preço. As três empresas são: i) "X", empresa constituída na China, cujo controle acionário está em mãos de pessoas físicas de nacionalidade brasileira e que tem sua produção totalmente concentrada no Estado de São Paulo; ii) "Y", empresa constituída no Brasil, cujo controle acionário está em mãos de pessoas físicas chinesas e que tem sua produção concentrada no Estado do Rio de Janeiro; iii) "W", empresa constituída no Brasil, cujo controle acionário está em mãos de pessoas físicas de nacionalidade brasileira, cuja produção está concentrada no Uruguai; iv) "Z", empresa constituída na Argentina, cujo controle acionário está em mãos de pessoas físicas de nacionalidade espanhola, tem sua produção totalmente concentrada na China e investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Brasil; v) "K", empresa constituída no Brasil, cujo controle acionário está em mãos de pessoas físicas de nacionalidade japonesa, tem sua produção totalmente concentrada no Paraguai, investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e utiliza 100% de mão-de-obra brasileira.

Neste caso, deve ser dada preferência à empresa

- (A) W
- (B) X
- (C) K
- (D) Z
- (E) Y

21. O município "X" pretende lançar um edital visando à contratação de privado para que este se responsabilize pela execução de obras de expansão, manutenção e operação do sistema de águas e esgotos do município. As receitas previstas em razão da cobrança de preços públicos dos usuários correspondem a menos de 30% da remuneração prevista ao futuro contratado. O valor estimado da contratação é de R\$ 12.000,00 (doze milhões de reais).

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, o tipo contratual adequado e a solução acerca da necessidade ou não de lei autorizativa.

- (A) Trata-se de uma concessão administrativa, sendo necessária a edição de lei autorizativa específica.
- (B) Trata-se de uma concessão patrocinada, não sendo necessária a edição de lei autorizativa específica.
- (C) Trata-se de uma concessão de serviços públicos, prevista na Lei nº 8.987/95, que não depende de autorização legislativa.
- (D) Trata-se de concessão patrocinada, sendo necessária a edição de lei autorizativa específica.
- (E) Trata-se de concessão administrativa, não sendo necessária a edição de lei autorizativa específica.

22. Se a concessionária estiver prestando o serviço público de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço, deverá o poder concedente

- (A) comunicar a concessionária o fato ensejador da inadimplência contratual, dando-lhe prazo para corrigir as falhas e se adequar aos termos contratuais, sob pena de abertura de processo administrativo que poderá resultar na declaração, por decreto, da caducidade, independentemente de prévia indenização.
- (B) comunicar a concessionária o fato ensejador da inadimplência contratual, dando-lhe prazo para corrigir as falhas e se adequar aos termos contratuais, sob pena de abertura de processo administrativo que poderá resultar na declaração, por decreto, da caducidade, precedida de justa e prévia indenização.
- (C) pleitear, perante o Poder Judiciário, a anulação do contrato, em razão do inadimplemento contratual do concessionário que não terá qualquer direito à indenização pelos investimentos realizados no serviço concedido.
- (D) declarar, em processo administrativo no qual o concessionário poderá exercer o contraditório e a ampla defesa, a encampação por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização dos investimentos não amortizados realizados pelo concessionário.
- (E) declarar, em processo administrativo no qual o concessionário poderá exercer o contraditório e a ampla defesa, a encampação por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e em razão do inadimplemento contratual do concessionário, este não terá qualquer direito a indenização pelos investimentos realizados no serviço concedido.

23. No que diz respeito à repartição de competências, é correto afirmar que

- (A) na competência comum, leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- (B) a competência comum é legislativa e os entes federativos podem exercê-la em igualdade de condições, mas a atuação de um exclui a atuação do outro ente.
- (C) a competência exclusiva material da União tem por característica principal a delegabilidade, e assim pode a União delegar seu exercício aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- (D) a competência privativa legislativa da União é indelegável, não permitindo que os Estados e o Distrito Federal venham a dispor sobre essas questões, ainda que específicas.
- (E) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer a competência plena, mas temporariamente atenderão suas peculiaridades, excluindo-se a competência suplementar.

24. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu em Súmula que

- (A) é admissível segunda punição de servidor público, baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira.
- (B) é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.
- (C) a nomeação de funcionário sem concurso pode ser desfeita antes da posse.
- (D) pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, não é admissível a punição administrativa do servidor público.
- (E) o estágio probatório protege o funcionário contra a extinção do cargo.

25. Ao tratar dos Municípios, a Constituição Federal estabelece, entre outros, o seguinte preceito:

- (A) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de três por cento da receita do município.
- (B) inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do respectivo Estado.
- (C) o julgamento do Prefeito se dará perante o Superior Tribunal de Justiça.
- (D) iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, acontecerá através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- (E) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a oitenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

26. A respeito do Tribunal de Contas da União, e sua função fiscalizatória, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) é competente para o exercício do controle externo e será auxiliado pelo Congresso Nacional.
- (B) apreciará as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
- (C) fiscalizará as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta e nos termos da lei complementar.
- (D) as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (E) o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, bimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

27. Estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático, de acordo com a Constituição Federal, compete ao

- (A) Congresso Nacional.
- (B) Conselho de Defesa Nacional.
- (C) Senado Federal.
- (D) Supremo Tribunal Federal.
- (E) Conselho da República.

28. A Constituição Federal estabelece que, além dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a Administração Pública direta e indireta obedecerá ao seguinte:

- (A) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (B) somente por convênio ou ajuste poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- (C) a Administração Fazendária e seus servidores fiscais não terão, mesmo dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- (D) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, mas fica assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (E) a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

29. A Constituição Federal, ao tratar da intervenção, estabelece que

- (A) a decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) o decreto de intervenção, que especificará as condições de execução e, se for o caso, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de quarenta e oito horas.
- (C) o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa, se estiverem em recesso, serão convocados extraordinariamente para a apreciação do decreto de intervenção, no prazo máximo de cinco dias.
- (D) a decretação da intervenção, para assegurar a observância de princípios constitucionais, dependerá de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, exceto no caso de recusa à execução de lei federal.
- (E) se a decretação da intervenção tiver por objetivo garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, dependerá de solicitação do Superior Tribunal de Justiça se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.

30. Nos contratos de parceria público-privada, a contraprestação da Administração Pública poderá

- (A) ser feita por aporte de recursos em favor do parceiro privado, necessariamente precedido da disponibilização do serviço objeto do contrato.
- (B) ser feita por aporte de recursos em favor do parceiro privado de forma proporcional à parcela de serviço efetivamente disponibilizada, independentemente da fase em que realizado o aporte.
- (C) ser feita por meio de pagamento de remuneração variável vinculada ao desempenho do parceiro privado, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos pelo Tribunal de Contas.
- (D) ser proporcional à parcela fruível do serviço objeto do contrato, desde que previsto em contrato.
- (E) ser proporcional à parcela executada da obra necessária ao cumprimento do objeto contrato.

31. Os chamados contratos *built to suit*, ou contratos de construção ajustada, em que o contratado realiza prévia aquisição, construção ou reforma substancial, com ou sem aparelhamento de bens móveis, por si mesmo ou por terceiros, de bem especificado pelo contratante,

- (A) não são admitidos no direito brasileiro.
- (B) aplicam-se exclusivamente aos contratos de locação celebrados entre particulares, não podendo deles se valer a Administração Pública Direta ou Indireta em nenhuma hipótese, em respeito ao princípio da legalidade estrita.
- (C) são admitidos para locação de bens imóveis pela Administração Pública, sujeitando-se à mesma disciplina de dispensa e inexigibilidade de licitação aplicável às locações comuns.
- (D) são admitidos para locação de bens móveis pela Administração Pública, vedada a previsão de reversão dos bens ao final da locação, em respeito ao dever de licitar constitucionalmente previsto.
- (E) são admitidos para locação de bens móveis e imóveis pela Administração Pública apenas se o valor da locação não exceder, ao mês, o limite previsto no inciso II do artigo 24, da Lei federal nº 8.666/93.

32. As contratações, pela Administração Pública, de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda,

- (A) poderão estabelecer, no instrumento contratual, que as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia por intermédio de agência de propaganda concedidas pelo veículo de divulgação constituirão remuneração variável em função do desempenho, revertendo a favor da contratada.
- (B) serão precedidas de licitação, na modalidade pregão do menor preço, à qual poderão acorrer agências independentemente de certificação, para maior competitividade.
- (C) serão precedidas de licitação cujo instrumento convocatório deverá contemplar projeto básico com todas as especificações, desenhos e orçamentos estimados, além dos demais elementos previstos no artigo 40, da Lei Federal nº 8.666/93.
- (D) serão de forma direta, por meio de inexigibilidade de licitação, por se tratar de serviço técnico especializado, nos termos do artigo 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
- (E) serão precedidas de licitação, nas modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, do tipo melhor técnica ou técnica e preço, estabelecendo-se que os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelos licitantes classificados no julgamento final das propostas.

33. De acordo com a Lei Federal nº 9.784/99, é correto afirmar que

- (A) é possível que um órgão administrativo e seu titular deleguem parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- (B) podem ser objeto de delegação os atos sem caráter normativo, os atos decisórios e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade administrativos.
- (C) o ato de delegação pode abranger a totalidade da competência de um órgão, desde que seja por período transitório, não sendo possível sua revogação durante o prazo de vigência previamente estipulado.
- (D) as decisões proferidas mediante delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo órgão que delegou a competência específica.
- (E) não se admite a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior enquanto vigorar o ato de delegação.

- 34.** Ocupante exclusivamente de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração,
- (A) submete-se ao mesmo regime jurídico de pessoal dos ocupantes de cargos efetivos na Administração Pública.
 - (B) poderá adquirir estabilidade se permanecer no mesmo cargo por mais de três anos e contar com avaliação positiva de desempenho durante todo o período.
 - (C) poderá desempenhar atribuições de direção, chefia, assessoramento ou de mero expediente.
 - (D) submete-se à vedação de percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência social com a remuneração pelo exercício do cargo de provimento em comissão, devendo optar por um ou outro no ato de posse.
 - (E) submete-se ao regime próprio de previdência social.
- 35.** Empregado de autarquia, aprovado em concurso público no final de 2003 e que tenha iniciado o exercício em fevereiro de 2004, submete-se ao regime
- (A) estatutário e próprio de previdência social, gozando de estabilidade a partir de fevereiro de 2007.
 - (B) estatutário e geral de previdência social, gozando de estabilidade a partir de fevereiro de 2006.
 - (C) celetista e próprio de previdência social, sem direito a estabilidade constitucional.
 - (D) celetista e geral de previdência social, sem direito a estabilidade constitucional.
 - (E) celetista e complementar de previdência social, gozando de estabilidade a partir de fevereiro de 2007, se confirmado em estágio probatório.
- 36.** O dever dos órgãos e entidades públicas de promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, das informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas
- (A) é denominado transparência passiva.
 - (B) abrange a divulgação de informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.
 - (C) será considerado cumprido se as informações forem divulgadas em sítios oficiais da rede mundial de computadores ou, nos Municípios com até 20000 (vinte mil) habitantes, alternativamente, por outro meio ou instrumento legítimo de que os órgãos e entidades dispuserem.
 - (D) será considerado cumprido se as informações forem divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade, ainda que não seja permitida a gravação de relatórios em formatos eletrônicos, podendo os dados ser disponibilizados em formato fechado à edição, não estruturado, mantida a integralidade, autenticidade e atualidade da informação.
 - (E) restringe-se à divulgação de informações relativas às competências, estrutura organizacional, missão, histórico, registro de despesas, repasses ou transferências de recursos financeiros, além de todas as receitas arrecadadas em cada exercício financeiro e fluxograma de processos administrativos.
- 37.** A celebração de contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em lei, tipifica, em tese,
- (A) mera irregularidade que poderá ser suprida durante o curso do exercício financeiro para o qual vigorar o contrato de rateio.
 - (B) ato preparatório da constituição de consórcio, de efeito declaratório.
 - (C) ato lesivo à Administração Pública nacional, que atenta contra os princípios da Administração Pública.
 - (D) ato ilícito que acarretará a anulação ou revogação do contrato de rateio e das obrigações dele decorrentes.
 - (E) ato de improbidade administrativa.

38. O ato administrativo motivado que tenha revogado uma licitação na modalidade concorrência do tipo menor preço, após a homologação e adjudicação do objeto, porém antes da assinatura do contrato,
- (A) é vinculado, produz efeitos retroativos e, em tese, pode ser anulado pelo Poder Judiciário.
 - (B) é discricionário, produz efeitos retroativos e não pode ser objeto de controle jurisdicional.
 - (C) é vinculado, não produz efeitos retroativos e o licitante vencedor terá direito a indenização a ser calculada pelo Poder Judiciário.
 - (D) é discricionário, não produz efeitos retroativos e, em tese, poderá ser objeto de controle jurisdicional apenas sob os aspectos de legalidade.
 - (E) é vinculado, produz efeitos retroativos e, por pressupor reconhecimento de vício de legalidade no procedimento de licitação, em tese, poderá ser revogado pelo Poder Judiciário.
39. A assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços
- (A) implicará extinção da concessão por encampação.
 - (B) acarretará retomada do serviço pelo poder concedente, por motivo de interesse público, sem direito a indenização, vez que caracterizada a inexecução do contrato.
 - (C) poderá ser autorizada pelo poder concedente, nas condições estabelecidas no contrato de concessão, exigindo-se dos financiadores e garantidores que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, no mínimo.
 - (D) poderá ser autorizada pelo poder concedente, a quem é facultado, motivadamente, alterar as obrigações da concessionária e de seus controladores para com terceiros e usuários dos serviços públicos concedidos, de forma a preservar a continuidade da prestação do serviço.
 - (E) acarretará responsabilidade aos financiadores e garantidores em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações e compromissos com terceiros, inclusive com o poder concedente ou empregados.
40. O contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja usuária direta, envolvendo execução de obra, cujo valor seja de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com prazo de vigência de 15 (quinze) anos e a remuneração suportada integralmente pelo Poder Público é denominado
- (A) concessão patrocinada.
 - (B) concessão administrativa.
 - (C) concessão comum.
 - (D) contratação integrada.
 - (E) contrato de eficiência.
41. Parceria voluntária a ser formalizada entre consórcio público e serviço social autônomo, tendo por objeto o desenvolvimento de projetos, ações e programas de educação ambiental, com previsão de transferência de recursos financeiros e materiais, dar-se-á por meio de
- (A) acordo de cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.
 - (B) contrato administrativo, precedido de licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.
 - (C) termo de fomento, precedido de chamamento público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.
 - (D) termo de colaboração, dispensada a realização de chamamento público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.
 - (E) convênio, nos termos do artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/93.
42. As agências reguladoras são
- (A) entes despersonalizados, que integram a Administração Pública direta, submetidas a regime jurídico de direito público e subordinadas, pelo princípio da especialidade, ao Ministro ou Secretário titular da Pasta que tenha atribuição afeta à finalidade que justificou a criação da agência.
 - (B) entes com personalidade jurídica própria, que integram a Administração Pública indireta, submetidas a regime jurídico de direito público e vinculadas, pelo princípio da especialidade, ao Ministro ou Secretário titular da Pasta que tenha atribuição afeta à finalidade que justificou a criação da agência.
 - (C) entes com personalidade jurídica própria, com criação autorizada por lei em sentido estrito, que integram a Administração Pública indireta, submetidas a regime jurídico híbrido, com poder regulamentar e fiscalizador, com autonomia administrativa, orçamentária e sem vínculo de controle de finalidade.
 - (D) entes despersonalizados, que integram a Administração Pública direta, submetidas a regime jurídico híbrido, com poder regulamentar e fiscalizador, sem autonomia administrativa, mas com autonomia orçamentária e financeira.
 - (E) entes com personalidade jurídica própria, com criação autorizada por lei em sentido estrito, que integram a Administração Pública indireta, submetida a regime jurídico de direito privado, com quadro de pessoal regido pela CLT, submetida a controle de finalidade exercido pelo Chefe do Poder Executivo diretamente.

43. Uma associação privada de defesa de interesses ambientais, constituída há mais de dez anos, instaura um inquérito civil para apurar a conduta de determinada empresa que supostamente está poluindo um rio, jogando nele dejetos de substância tóxica. Sobre tais fatos, é correto afirmar que
- (A) tal inquérito deverá seguir com sigilo absoluto, pois esse instrumento de investigação, por ter natureza inquisitiva, só poderá ser consultado pelos envolvidos.
 - (B) tendo em vista que quem instaurou o inquérito civil foi um órgão privado, para que seu deslinde não padeça de nulidade, deverá o Ministério Público ser intimado para se manifestar sobre o que está sendo apurado.
 - (C) tal procedimento é nulo, pois o inquérito civil é de exclusiva competência do Ministério Público, e assim, mesmo sendo a associação legitimada para o ingresso de ação civil pública, não o é para instaurar um inquérito civil.
 - (D) para ser válido no presente caso, durante o procedimento deverá ser intimada a empresa potencialmente poluidora para se manifestar no prazo de 15 dias, podendo prestar os esclarecimentos necessários.
 - (E) por ser o procedimento descrito no enunciado, de natureza puramente inquisitória, da sua decisão final não caberá qualquer recurso.
44. Uma determinada empresa pública ingressa com uma Ação Civil Pública, na primeira Instância Estadual da Comarca em que está sediada, cujo objeto de discussão é um tributo que vem sendo cobrado pela União. O Objeto da ação é a discussão sobre a legalidade da criação do tributo. Foi requerida liminar. O juiz da causa deverá
- (A) extinguir a ação sem resolução do mérito, após requerer esclarecimentos da parte autora, pois não pode ser objeto de tal ação a discussão sobre a legalidade da cobrança de tal tributo.
 - (B) designar audiência de justificação prévia para análise do pedido liminar, pois nessas ações é obrigatória tal sessão antes de ser considerada possível o deferimento ou não da medida requerida em cognição sumária.
 - (C) extinguir o processo sem resolução do mérito, por ilegitimidade ativa, pois, em se tratando de tributos, a legislação confere legitimidade ativa exclusiva da Ação Civil Pública ao Ministério Público.
 - (D) declarar-se incompetente, remetendo os autos para a Justiça Federal, tendo em vista que a Ação Civil Pública foi proposta contra a União e, portanto, não poderá como juiz estadual analisar a demanda.
 - (E) intimar a Defensoria Pública para se manifestar sobre o caso, para evitar nulidade do procedimento, já que este não é autor da ação.
45. Uma entidade de classe propõe um mandado de segurança coletivo para defesa dos interesses de seus representados. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) só poderá ser considerada legitimada ativa para impetrar tal medida a entidade que obtiver assinatura de metade de seus representados anuindo com a demanda.
 - (B) se a entidade de classe não obtiver a anuência da unanimidade de seus representados, não poderá impetrar tal medida.
 - (C) conseguindo em assembleia, a anuência da maioria simples dos presentes a tal sessão, a entidade de classe está apta a impetrar tal ação.
 - (D) não há necessidade de autorização dos representados para que a entidade de classe esteja legitimada para impetrar a medida.
 - (E) necessariamente terá que demonstrar que dois terços dos seus representados anuíram a impetração do mandado de segurança para que seja considerada legitimamente ativa.
46. Um dos princípios do processo civil coletivo, do qual decorrem diversos outros, tais como o da representatividade adequada, o da ampla divulgação da demanda coletiva e o da extensão subjetiva e transporte da coisa julgada, é o conceito do princípio
- (A) do amplo acesso à justiça e participação social.
 - (B) da isonomia, economia processual, flexibilidade procedimental e máxima eficácia.
 - (C) da indisponibilidade temperada da ação coletiva.
 - (D) da duração razoável do processo, com prioridade no seu processamento em todas as instâncias.
 - (E) do devido processo legal das tutelas coletivas.

47. Assinale a alternativa correta acerca do que prevê a Lei nº 12.651/12 ao tratar das Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente.

- (A) Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.
- (B) Nos casos de áreas rurais consolidadas em veredas, será facultado ao proprietário a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal, delimitadas a partir do espaço brejoso e encharcado, independentemente das suas dimensões.
- (C) Aos proprietários e possuidores dos imóveis rurais que detêm até 10 (dez) módulos fiscais e desenvolvem atividades agrossilvipastoris nas áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente, independentemente da data de aquisição da propriedade, é garantido que a exigência de recomposição nunca ultrapassará 10% (dez por cento) da área total do imóvel.
- (D) Qualquer manutenção das culturas e da infraestrutura nas áreas de preservação permanente, seja urbana ou rural, estão condicionadas à adoção de práticas conservacionistas do solo e da água indicadas pelos órgãos de assistência técnica rural.
- (E) Para fins da regularização ambiental de projetos de reurbanização ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, será mantida faixa não edificável com largura mínima de 20 (vinte) metros de cada lado.

DIREITO DO TRABALHO

48. Sobre sucessão empresarial, é correto afirmar, conforme as regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho, que o sócio retirante responderá pelas obrigações trabalhistas da sociedade ao período em que figurou como sócio:

- (A) subsidiariamente e somente em ações ajuizadas até 2 (dois) anos depois de averbada a modificação do contrato.
- (B) solidariamente e somente em ações ajuizadas até 2 (dois) anos depois de averbada a modificação do contrato.
- (C) exclusivamente quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.
- (D) subsidiariamente quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.
- (E) solidariamente e somente em ações ajuizadas até 5 (cinco) anos depois de averbada a modificação do contrato.

49. Assinale a alternativa que se encontra em consonância com a Consolidação das Leis do Trabalho sobre as férias do empregado.

- (A) É vedado o início das férias no período de um dia que anteceder feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- (B) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias.
- (C) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
- (D) O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- (E) As férias poderão ser usufruídas em até dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a vinte dias corridos.

50. Quanto às federações e confederações dispostas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) sua administração será exercida exclusivamente pelos órgãos: Diretoria e Conselho Fiscal.
- (B) o Presidente da federação ou confederação será escolhido dentre os seus membros pela Diretoria.
- (C) sua administração será exercida exclusivamente pelos órgãos: Diretoria e Conselho de Representantes.
- (D) a competência do Conselho Fiscal é ilimitada à fiscalização da gestão financeira.
- (E) a Diretoria será constituída por, no mínimo, 7 (sete) membros.

